

# PRÊMIO CNMP

- 2013 -

PROJETOS PREMIADOS

MINISTÉRIO PÚBLICO  
UM PROJETO, MUITAS CONQUISTAS.



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

© 2013, Conselho Nacional do Ministério Público  
Permitida a reprodução mediante citação da fonte

Produção gráfica  
Diagramação e impressão: Fields Comunicação  
Supervisão editorial: Assessoria de Comunicação Social do CNMP  
Tiragem: 1.000 exemplares

Conselho Nacional do Ministério Público  
Prêmio CNMP – Catálogo dos projetos premiados /  
Conselho Nacional do Ministério Público – Brasília:  
CNMP, 2013.  
58p. il.

1. Prêmio CNMP. 2. Projetos. I. Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público.

Biblioteca/CNMP

CDU – 658

## SUMÁRIO

<b>Categoria Defesa dos Direitos Fundamentais</b>	<b>11</b>
1º lugar – O MP e os objetivos do milênio: saúde e educação de qualidade para todos Ministério Público do Estado da Bahia	
2º lugar – Rede Ambiente Participativo – RAP Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	
3º lugar – Em busca de uma tutela eficiente em favor das vítimas da criminalidade Ministério Público do Estado de Mato Grosso	
<b>Categoria Transformação Social</b>	<b>15</b>
1º lugar – Carne legal Ministério Público Federal	
2º lugar – Moradia digna – MP, poder público e sociedade Ministério Público do Estado de São Paulo	
3º lugar – Justiça na escola – aprendizado para a cidadania Ministério Público do Estado de Minas Gerais	
<b>Categoria Indução de Políticas Públicas</b>	<b>19</b>
1º lugar – Plano institucional de enfrentamento ao crack e outras drogas Ministério Público do Estado de Pernambuco	
2º lugar – Políticas públicas de combate ao trabalho infantil Ministério Público do Trabalho	
3º lugar – Quem cala consente Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	

**23 Categoria Diminuição da Criminalidade e da Corrupção**

1º lugar – Argus

Ministério Público Militar

2º lugar – Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária

Ministério Público do Estado do Ceará

3º lugar – SisConta Eleitoral

Ministério Público Federal

**27 Categoria Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional**

1º lugar – Projeto de padronização e organização administrativa das Promotorias de Justiça

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

2º lugar – Implantação do Núcleo de Atendimento Terapêutico

Ministério Público do Estado do Acre

3º lugar – Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante – garantindo acesso aos cidadãos e cidadãs maranhenses

Ministério Público do Estado do Maranhão

**31 Categoria Comunicação e Relacionamento**

1º lugar – MP itinerante

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

2º lugar – Teia social

Ministério Público Federal

3º lugar – Notícia cidadã

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

**Categoria Profissionalização da Gestão**

**35**

1º lugar – Programa Agir: atitudes que geram integração e resultados

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

2º lugar – MBA especialista em gestão do MP

Ministério Público do Estado de Pernambuco

3º lugar – Atlas do MPF

Ministério Público Federal

**Categoria Tecnologia da Informação**

**39**

1º lugar – Utilizando BI para promover o aumento da eficiência na atuação de 1º grau

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

2º lugar – Aptus – Aplicativo de pesquisa textual unificada e simplificada

Ministério Público Federal

3º lugar – Consumidor vencedor

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

**Menções honrosas**

**43**

Módulo Criança e Adolescente – MCA

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Cartilha legal – informação e educação para presos

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

PLID – Programa de localização e identificação de desaparecidos

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

MP eficaz – atendimento ao cidadão

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Campanha de sensibilização dos direitos da pessoa com deficiência  
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Projeto CrerSer  
Ministério Público do Estado de Rondônia

PCD legal  
Ministério Público do Trabalho

Acompanhar as políticas públicas com foco na atuação preventiva por agenda setorial  
Ministério Público Federal

Campanha Fiscalize também  
Escola Superior do Ministério Público da União

Salve idoso – sistema de aviso legal por violência, maus-tratos ou exploração contra  
a pessoa idosa  
Ministério Público do Estado de Sergipe

Nucam – Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais  
Ministério Público do Estado de Minas Gerais

## APRESENTAÇÃO

Com a preocupação de dar fiel e adequado cumprimento à sua missão constitucional e consolidar sua representatividade junto ao Ministério Público e à sociedade brasileira, o Conselho Nacional do Ministério Público, no ano de 2010, iniciou seu movimento na direção de uma gestão estratégica, elaborando o seu planejamento estratégico, com o horizonte de 2010 a 2015.

Partindo da constatação de que, além do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, o Conselho Nacional do Ministério Público deve contribuir para a integração e o aperfeiçoamento institucional, o CNMP iniciou a construção de uma agenda estratégica nacional, em parceria com todos os ramos e unidades, buscando sempre o crescimento de todo o Ministério Público.

Conduzido pela Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, após um processo de profundas e enriquecedoras reflexões, que contou com a participação de membros

e servidores de todas as unidades do Ministério Público brasileiro, além de diversas autoridades e parceiros, foi elaborado o Planejamento Estratégico Nacional e seu primeiro mapa estratégico. Nele trazemos os objetivos e a estratégia de atuação para que transformemos em realidade nossa missão, que é *defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a concretização dos valores democráticos e da cidadania.*

Para tanto reafirmamos nossa visão de futuro, que é *ser uma instituição reconhecida como transformadora da realidade social e essencial à preservação da ordem jurídica e da democracia.*

Enumeramos nossos principais resultados institucionais nas diversas áreas de atuação e consignamos que nossa gestão estratégica será sempre orientada pela *unidade e eficiência da atuação institucional e operacional, pelo compromisso com a comunicação e o relacionamento institucional, pela profissionalização da gestão e pelo aperfeiçoamento na tecnologia da informação.* Ressaltamos em nosso mapa, como principais retornos à sociedade, *a defesa dos direitos fundamentais, a transformação social, a indução de políticas públicas e a diminuição da criminalidade.*

Ao final dessa etapa de elaboração do Planejamento Estratégico Nacional, foi dado mais um relevante passo para uma atuação integrada, com a elaboração da

Ação Nacional 2011-2015, a qual propõe ações para a execução de estratégias comuns, que unam o Ministério Público brasileiro .

O Banco Nacional de Projetos é ferramenta da Ação Nacional, responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Seu objetivo é possibilitar que cada unidade do Ministério Público, ao inscrever seus projetos, possa dar ampla publicidade às suas atividades de sucesso, as quais podem ser replicadas em todo o território nacional, havendo interesse. Além disso, o Banco Nacional de Projetos é importante fonte de memória de um trabalho amplo e eficaz realizado em todo o território nacional, estando disponível a todos no link <http://bancodeprojetos.cnmp.mp.br>.

Com a finalidade de compartilhar a execução do Planejamento Estratégico Nacional também foram realizados eventos regionais da Ação Nacional, por meio dos quais foi possível dar ampla divulgação ao mapa estratégico nacional e conhecer os projetos e as estratégias que estavam sendo realizadas nas unidades do Ministério Público.

Nesse contexto, foi aprovada a Resolução nº 94/2013 que institui o Prêmio CNMP, para possibilitar a premiação dos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização e alinhamento do Planejamento Estratégico Nacional.

Concorreram ao Prêmio CNMP 414 projetos de sucesso, os quais merecem nossa homenagem e agradecimento, pois traduzem a missão, visão e objetivos estratégicos de todo o Ministério Público brasileiro. São o resultado de uma atuação proativa, efetiva e resolutiva de seus integrantes, que deve ser prestigiada. Dando publicidade aos projetos, divulgamos nossos objetivos institucionais, sempre levando em conta recursos, pessoas, processos e, em especial, a sociedade, que espera um Ministério Público autônomo e com uma atuação responsável e efetiva.

Os projetos premiados e detalhados na presente publicação são uma fotografia das ações que estão sendo realizadas em todo o País. Há ainda muito o que fazer e o sucesso dessas iniciativas certamente dependerá da participação, do envolvimento e da adesão das Administrações Superiores, dos membros e servidores, além das parcerias que serão construídas ao longo do caminho. Cada projeto traduz nossa crença na possibilidade de contribuir para o fortalecimento e o aperfeiçoamento institucional, bem como o reconhecimento de que uma atuação integrada de todo o Ministério Público será mais efetiva. A caminhada rumo a uma atuação nacional integrada está apenas começando e contamos com todos para que o Ministério Público brasileiro possa efetivamente contribuir para as conquistas da sociedade brasileira.

---

**CATEGORIA:**  
**DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

---



Ministério Público do Estado da Bahia  
Gestor:  
Clodoaldo Silva da Anunciação – promotor de Justiça

## 1º Lugar – O Ministério Público e os objetivos do milênio: saúde e educação de qualidade para todos

A educação e a saúde são áreas prioritárias para o futuro do País. O programa “O MP e os objetivos do milênio” visa garantir a efetivação desses direitos, com ações preventivas, proativas e permanentes, a partir de parcerias e do empoderamento da sociedade civil. Criado há cinco anos, conta com a participação de 80 servidores e de 120 voluntários.

Entre as ações já desenvolvidas estão fiscalizações em escolas e postos de saúde; criação de um sistema de coletas de dados para *tablets* e *smartphones*; assinatura de termos de cooperação com a Organização das Nações Unidas e outros parceiros; realização de encontros, seminários e *workshops* com membros; criação do Prêmio Melhor Escola do Ano; criação de canais de comunicação, como site, Twitter e Facebook do projeto; além da campanha por saúde e educação de qualidade com a cantora Cláudia Leitte, veiculada em TVs, rádios e outras mídias.

Diversos resultados positivos já foram identificados, tais como maior rapidez nas soluções de problemas, evitando a judicialização; melhoria das estruturas e atendimento nos postos de saúde e escolas, incluindo alimentação e transporte escolar; criação de espaços de leitura; maior comprometimento dos gestores, professores, pais e alunos; fortalecimento dos conselhos, aprimorando a democracia participativa; e a consolidação do Ministério Público como indutor de transformação social.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Gestor:  
Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

## 2º Lugar – Rede Ambiente Participativo – RAP

A “Rede Ambiente Participativo – RAP” é um portal institucional de transparência e articulação com a sociedade, voltado para o acompanhamento preventivo, de cooperação e de fiscalização do licenciamento ambiental. O site disponibiliza dados e informações relevantes sobre projetos e atividades potencialmente poluidoras, sujeitas à elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), e acompanha todas as fases dos respectivos licenciamentos.

O portal concentra num único local informações e dados provenientes do empreendedor, do órgão ambiental licenciador, da sociedade civil, do Ministério Público e do Poder Judiciário. Constitui um espaço aberto e permanente para comentários e avaliações críticas sobre o projeto ou atividade em licenciamento, conferindo transparência e controle social a todo o processo.

O programa “Rede Ambiente Participativo” é uma iniciativa do Ministério Público do Rio de Janeiro que tem contribuído para aproximação entre a instituição e a sociedade civil. O projeto permite ao órgão ser mais ágil e eficiente no cumprimento de suas funções constitucionais, em sintonia com o desenvolvimento sustentável.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Gestor:  
Márcio Florestan Berestinas – promotor de Justiça

### 3º Lugar – Em busca de uma tutela eficiente em favor das vítimas de criminalidade

“Propiciar a recuperação física, psicológica e social às pessoas que sofreram crimes.” Esse é o principal objetivo do projeto “Em busca de uma tutela eficiente em favor das vítimas da criminalidade”, realizado pelo Ministério Público de Mato Grosso.

A iniciativa visa assegurar o ressarcimento dos prejuízos sofridos e o atendimento especializado das vítimas, por meio da atuação judicial e extrajudicial, além de discutir e fomentar a criação de novas políticas públicas direcionadas ao acolhimento dessas pessoas.

Entre os resultados já alcançados está a criação do personagem Marinho da Penha, que ajuda crianças e adolescentes a entenderem as leis que as protegem em casos de crimes cometidos contra eles. Também merecem destaque a obtenção de sentenças penais favoráveis ao ressarcimento de vítimas e a prestação de atendimento multidisciplinar a mais de 100 pessoas no estado.

CATEGORIA:  
**TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**



Ministério Público Federal  
Gestor:  
Daniel César Azeredo Avelino – procurador da República

## 1º Lugar – Carne legal

Por meio do projeto “Municípios Verdes/Carne legal”, com indústrias frigoríficas assinaram Termos de Ajustamento de Conduta comprometendo-se a não adquirir carne proveniente de áreas de desmatamento, com trabalho escravo e outras violações.

Entre as ações do projeto, o Ministério Público Federal realizou acordos com mais de 90 municípios, definindo metas e concedendo prêmios a partir do cumprimento delas. O resultado é a diminuição do desmatamento e dos casos de trabalho escravo na região. O Pará é o estado que mais retirou municípios – quatro no total – da lista dos maiores desmatadores, produzida pelo Ministério do Meio Ambiente.

Inúmeras parcerias incrementaram a iniciativa. O Banco do Brasil aderiu ao Programa, permitindo acesso a crédito bancário com juros mais baixos. O Governo do Estado do Pará lançou o ICMS Verde, que define um repasse maior para os municípios que cumprirem a meta com o Ministério Público Federal. A implantação será gradual, variando de 2%, em 2013, até 8%, em 2016. A Associação Brasileira de Supermercados, representando mais de 90 mil lojas, também aderiu ao projeto.



Ministério Público do Estado de São Paulo  
Gestores:  
Karina Keiko Kamei, Mário Correa Molina,  
Fernanda Chuster Pereira, dentre outros  
promotores de Justiça

## 2º Lugar – Moradia digna – MP, poder público e sociedade

Centenas de famílias ocupavam irregularmente uma área particular em Taboão da Serra, São Paulo, quando os proprietários obtiveram na Justiça uma liminar para reintegração de posse. Após intenso diálogo, foi firmado, perante o Ministério Público do Estado de São Paulo, um Termo de Ajustamento de Conduta entre a Prefeitura Municipal e os proprietários, visando à regularização fundiária do Núcleo Habitacional Ponte Alta.

Aos proprietários coube a elaboração de um projeto de regularização, mantendo o maior número possível das ocupações existentes. Já a Prefeitura realizou o cadastro das famílias, fixou os requisitos de atendimento e fez a análise financeira dos interessados. Os contemplados também firmaram Termos de Ajustamento de Conduta individuais perante o Ministério Público do Estado de São Paulo.

O projeto de regularização foi registrado, viabilizando a concessão de recursos dos governos federal e estadual para obras de infraestrutura, bem como construção e reforma de moradias. Ao todo, 1.426 famílias foram atendidas.



Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Gestor:  
Renato Antônio Boechat de Araújo Magalhães –  
promotor de Justiça

### 3º Lugar – Justiça na escola – aprendizado para a cidadania

O projeto “Justiça na escola – aprendizado para a cidadania” constitui uma resposta ao crescimento dos índices de criminalidade dentro das escolas no município de Itaúna, em Minas Gerais.

Por meio da iniciativa, foi firmada uma parceria entre o Centro de Referência em Assistência Social e uma escola-piloto do projeto, visando viabilizar o cumprimento de medidas socioeducativas dentro da instituição. O objetivo é corrigir e educar o jovem infrator no ambiente escolar, assim como desestimular futuros transgressores.

O “Justiça na escola – aprendizado para a cidadania” foi implantado ao longo de 2012, a partir da realização de mais de 30 audiências coletivas com centenas de adolescentes. No fim do ano, foi registrada uma diminuição estimada em 80% da prática de atos infracionais e de indisciplina no interior das escolas que aderiram ao projeto.

CATEGORIA:  
**INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**



Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Gestor:  
Carlos Eduardo Domingos Seabra – promotor de Justiça

## 1º Lugar – Plano institucional de enfrentamento ao crack e outras drogas

O Ministério Público de Pernambuco foi pioneiro na criação do programa “Pernambuco contra o crack”, uma campanha preventiva de enfrentamento ao consumo do entorpecente e de outras drogas. O projeto-piloto, desenvolvido na cidade de Arcoverde, no sertão do estado, envolveu um público-alvo de aproximadamente 80 mil pessoas.

Hoje a iniciativa é executada em outros municípios e já atingiu 600 mil pessoas. O projeto estimula a execução de ações preventivas em territórios previamente mapeados, a mobilização social em torno do enfrentamento ao crack e de outras drogas, bem como o mapeamento e a reordenação de serviços públicos de saúde, educação e segurança pública.

O êxito do projeto foi tal que a Procuradoria-Geral de Justiça decidiu sugerir a execução do “Pernambuco contra o crack” em todo o território do estado. Entre os resultados comemorados está a redução do envolvimento de crianças e adolescentes com os entorpecentes, inclusive o álcool.



Ministério Público do Trabalho  
Gestor:  
Rafael Dias Marques – procurador do Trabalho

## 2º Lugar – Políticas públicas de combate ao trabalho infantil

Justificado pelos altos índices de trabalho infantil no País, o projeto é desenvolvido por meio de inspeções em municípios. Identificada a omissão do Estado, o Ministério Público do Trabalho toma as medidas necessárias, como a assinatura de Termos de Ajuste de Conduta ou a proposição de Ações Civis Públicas.

O objetivo é garantir a realização de ações e serviços essenciais ao combate do trabalho infantil e à proteção do adolescente. Entre elas está o atendimento adequado às crianças e jovens em situação de trabalho proibido, além do apoio às famílias. O projeto também fortalece o sistema de Justiça, pois insere o Poder Judiciário e o Ministério Público na articulação e indução de políticas públicas de combate à negligência com a proteção da infância.

Entre os fatores que levaram ao sucesso da iniciativa estão a atuação planejada a partir da coleta de informações estratégicas e o uso de ferramentas de gestão, como metas, plano de ação, matriz de riscos e cálculo de indicadores de desempenho. Só em 2012, 42.186 crianças e adolescentes foram beneficiados.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Gestor:  
Rodrigo César Medina da Cunha – promotor de Justiça

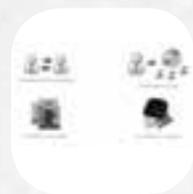
### 3º Lugar – Quem cala consente

O projeto tem como objetivo a mobilização social para o enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, com enfoque no combate ao abuso e à exploração. A iniciativa deu visibilidade ao problema no Rio de Janeiro e em todo País, fomentando o desenvolvimento de estratégias nas áreas criminal e da infância e juventude.

Na primeira etapa, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro desenvolveu a campanha “Quem cala consente”, visando incentivar a população a realizar denúncias de casos de violência sexual. Foram produzidos e distribuídos cartazes e pôsteres, além de uma cartilha para capacitação dos principais atores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Também foi firmada uma parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro para realização de encontros com órgãos do interior a fim de fortalecer a construção dos fluxos locais que garantissem o atendimento adequado à população infanto-juvenil. A ideia foi reforçar a articulação e a integração dos serviços de assistência social e de saúde.

Para otimizar a investigação de crimes praticados contra a dignidade sexual e alcançar maior efetividade na responsabilização dos autores, foi constituído o Grupo Especial de Apoio à Atuação dos Promotores de Justiça na apuração dos crimes envolvendo violência sexual contra crianças e adolescentes, integrado por membros e servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Resolução GPGJ nº 1.674/11).

**CATEGORIA:**  
**DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE E DA CORRUPÇÃO**



Ministério Público Militar  
Gestores:  
Alexandre Reis de Carvalho – promotor de Justiça  
e Dino Elias Pinto – servidor

## 1º Lugar – Argus

Obter os dados bancários, em casos de quebra de sigilo, de forma que fosse possível analisá-los. Esse era o desafio enfrentado pelo Ministério Público Militar. Primeiro, as informações vinham em papel, depois em disquetes, CDs e por transmissão *on-line*, pela internet. Em todos os casos, no entanto, o processo de tomada de decisões poderia ser prejudicado pelo excesso de dados disponíveis.

É nesse contexto que se justifica a criação do projeto “Argus”, uma ferramenta de inteligência financeira e análise visual capaz de reunir, relacionar e analisar dados de quebras de sigilos bancários autorizadas pela Justiça.

De forma simples e inteligente, os gráficos gerados pelo sistema aperfeiçoam o processo de análise nos procedimentos investigatórios. É possível extrair informações capazes de gerar resultados melhores em menor período de tempo.



Ministério Público do Estado do Ceará  
Gestor:  
Francisco Edson de Sousa Landim – promotor de Justiça

## 2º Lugar – Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária

“Um terceiro imparcial, sem poder sobre as partes, que não decide ou sugere, mas apenas facilita a comunicação entre os envolvidos para alcance de um acordo satisfatório para ambos.” Essa foi a ideia que motivou a criação do Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária pelo Ministério Público do Estado do Ceará.

Em 2007, a instituição passou a gerenciar as Casas de Mediação, visto ser vocação do Ministério Público o protagonismo na busca de instrumentos extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos. Desde então, mais polos foram criados – passando a se chamar Núcleos de Mediação – e instalados em áreas avaliadas como críticas do ponto de vista da segurança pública, sempre a partir de parcerias com órgãos públicos e privados. O êxito dessa experiência ensejou a publicação da Resolução nº 001/2007 pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Ceará e a edição da Lei estadual nº 14.114/2008.

Atualmente, o Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária é realidade no estado do Ceará. A iniciativa facilita o acesso à Justiça, por meio do diálogo e da conscientização de direitos, e promove a redução da violência nas comunidades. Os relatórios anuais indicam que mais de 70% das questões levadas aos Núcleos de Mediação são efetivamente solucionadas.



Ministério Público Federal

Gestores:

José Alfredo de Paula Silva – procurador da República; Raquel Branquinho P.M. Nascimento – procuradora regional da República; Renato Barbosa – servidor; Gilberto Mendes – servidor; Rildo Brito Costa – servidor; e Yara Campos Carvalho – servidora

### 3º Lugar – SisConta Eleitoral

A Procuradoria-Geral da República desenvolveu o SisConta Eleitoral (Sistema de Investigação de Contas Eleitorais) para processar e analisar os registros bancários das contas eleitorais, por meio de processos automáticos de validação e transmissão, via internet, dos dados transferidos pelas instituições financeiras.

O sistema permitirá o acesso remoto à lista de candidatos inelegíveis por todos os procuradores, promotores, juízes e assessores eleitorais; emitirá relatórios com informações e ocorrências supostamente irregulares; e receberá, pela rede de computadores, extratos bancários de todas as contas-correntes abertas para o recebimento de recursos de campanha.

Apenas em 2008, por exemplo, houve 5.843 pedidos de pesquisas relacionadas ao assunto à equipe da Assessoria de Pesquisa e Análise do Ministério Público Federal.

**CATEGORIA:**  
**UNIDADE E EFICIÊNCIA DA ATUAÇÃO**  
**INSTITUCIONAL E OPERACIONAL**



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Gestora:  
Ana Cristina Cusin Petrucci – promotora de Justiça

## 1º Lugar – Projeto de padronização e organização administrativa das Promotorias de Justiça

O Propad – Programa de organização e padronização administrativa – foi desenvolvido para atender ao objetivo estratégico de “melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa” do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Visa à implantação das técnicas de Gestão por Processos, padronizando fluxos, rotinas e atividades administrativas nas Promotorias de Justiça. Por meio da padronização, aumenta-se a eficiência institucional, melhorando a produtividade de membros e servidores.

Com o objetivo de garantir que os processos sejam executados conforme os padrões estabelecidos pelo Propad, há um procedimento de avaliação da conformidade, com emissão de certificação em três etapas distintas e progressivas. O Certificado de Conformidade é emitido pelo procurador-geral de Justiça. Quarenta e nove Promotorias de Justiça já foram certificadas.

A eficiência proporcionada pelos padrões adotados resulta em um maior número de demandas sociais atendidas em menor período de tempo.



Ministério Público do Estado do Acre  
Gestor:  
Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto – procurador de Justiça

## 2º Lugar – Implantação do Núcleo de Atendimento Terapêutico

Criado em 2012, o Projeto Natera – Núcleo de Atendimento Terapêutico – foi implementado pelo Ministério Público do Estado do Acre em março de 2013. A iniciativa tem como objetivo reduzir ações de criminalidade relacionadas à dependência química, propiciando tratamento àqueles que cometeram atos ilícitos para sustentar o vício.

O Natera possui serviços de triagem e atendimento aos dependentes que buscam reabilitação, incluindo consultas com psicólogos e assistentes sociais. O projeto conta, ainda, com o apoio de diversas instituições do Acre, que oferecem profissionais capacitados no tratamento contra o consumo de álcool e de outras drogas. Atualmente, tal modelo de atendimento terapêutico é considerado referência pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.



Ministério Público do Estado do Maranhão  
Gestor:  
Vicente de Paulo Silva Martins – promotor de Justiça

### 3º Lugar – Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante – garantindo acesso aos cidadãos e cidadãs maranhenses

O projeto “Promotoria Comunitária Itinerante – garantindo acesso aos cidadãos e cidadãs maranhenses” nasceu da necessidade de levar o Ministério Público às comunidades mais carentes que não recebem assistência do Estado. Por meio da iniciativa, uma equipe da instituição se instala em determinado bairro, por no mínimo 90 dias, e trabalha em conjunto com as lideranças locais na defesa dos interesses da comunidade.

As ações da Promotoria Comunitária Itinerante são desencadeadas a partir de um diagnóstico feito durante a audiência pública de instalação. Na ocasião, os moradores apresentam os principais problemas enfrentados na região. O projeto também oferece orientação jurídica aos interessados e resolve conflitos de menor complexidade por meio da mediação e da conciliação.

Criada em 1998, a iniciativa vem contribuindo para a efetivação de diversas políticas públicas. Vinte e uma Promotorias Itinerantes já foram instaladas no estado, onde foram atendidas mais de 3 mil pessoas de cem diferentes comunidades.

CATEGORIA:  
**COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO**



Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Gestor:  
Mauro Flávio Ferreira Brandão – procurador de Justiça

## 1º Lugar – MP itinerante

Lançado em 2010 pelo Ministério Público de Minas Gerais, o projeto “Ministério Público itinerante” percorre o estado para divulgar a instituição, suas funções e formas de acesso. O objetivo é promover a aproximação com os cidadãos.

Em cada cidade visitada, uma estrutura com unidade móvel e estandes é montada em locais públicos, como parques e praças. A população pode assistir a palestras, obter orientações e receber atendimento em relação às diversas áreas de atuação do Ministério Público. Também são distribuídas cartilhas e outras peças didáticas produzidas pelo órgão.

Mais de 100 municípios mineiros já foram visitados pelo projeto, que prestou atendimento a cerca de 80 mil pessoas. A iniciativa conta com a adesão de promotores de Justiça e juízes, além de parceiros como a Ouvidoria-Geral, as Polícias Militar, Civil e Federal, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), defensorias públicas, faculdades de direito e prefeituras, entre outros.



Ministério Público Federal  
Gestor:  
Aureo Marcus Makiyama Lopes – procurador da República

## 2º Lugar – Teia social

A “Teia social” é uma iniciativa que busca engajar pessoas no estudo de soluções para os principais temas públicos. A ideia é formar cidadãos e servidores para trabalharem em parceria com os órgãos públicos no enfrentamento dos problemas sociais da localidade. O projeto tem como premissas a transparência, o diálogo, a cooperação, a sustentabilidade das soluções, o respeito à diversidade pública e social e a gestão do conhecimento.

A teia social visa criar uma base aberta de informações, de responsabilidade comum entre sociedade civil, órgãos públicos e entidades privadas. É um modo de organizar o conhecimento dos problemas sociais em temas e perspectivas, visando plantar consenso e colher soluções. A plataforma virtual pretende, ainda, oferecer informações relevantes para auxiliar a tomada de decisões por gestores e controladores públicos.



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Gestor:  
Túlio César de Oliveira Andrade – servidor

### 3º Lugar – Notícia cidadã

O “Notícia cidadã” é um projeto do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte voltado para o relacionamento com a imprensa. Por meio da iniciativa, são realizados encontros mensais entre membros da instituição e jornalistas – chefes de redação e de reportagem, pauteiros e repórteres dos principais veículos de comunicação do estado. O objetivo é aprofundar a discussão sobre temas de interesse público.

Para dar à conversa um caráter informal, é usada uma mesa-redonda durante o bate-papo, que ocorre quase sempre aos sábados. Os assuntos debatidos podem ou não render pautas, mas contribuem para ampliar o conhecimento dos profissionais de comunicação sobre os assuntos de atribuição do Ministério Público.

Entre os temas que já fizeram parte das edições do “Notícia cidadã” estão o “Plano Diretor de Natal – necessidade de efetiva participação da sociedade civil no processo de criação”; “Liberdade de Imprensa, controle da informação e presunção de inocência”; “Combate à corrupção e defesa do patrimônio público”; “Sistema penitenciário: alternativas para o combate à corrupção, omissão e falta de planejamento”; e “A rede de proteção e apoio da mulher vítima da violência doméstica e familiar”.

CATEGORIA:  
**PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO**



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Gestora:  
Ana Cristina Cusin Petrucci – promotora de Justiça

## 1º Lugar – Programa Agir: atitudes que geram integração e resultados

O Programa Agir – atitudes que geram integração e resultados, idealizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, tem como objetivo modernizar a gestão administrativa, promover a responsabilidade compartilhada, racionalizar os gastos e incentivar a sustentabilidade. A iniciativa busca ainda reforçar as boas práticas e valorizar os membros e servidores da instituição.

O primeiro eixo do projeto, já implantado, é o Gerenciamento Matricial das Despesas. A medida se baseia na análise crítica dos principais gastos por especialistas, na negociação de metas e na elaboração de planos de ação em conjunto com as promotorias e unidades administrativas. Para atingir os indicadores propostos, as promotorias monitoram, mensalmente, as ações planejadas. O projeto já resultou numa economia de R\$ 2,5 milhões.



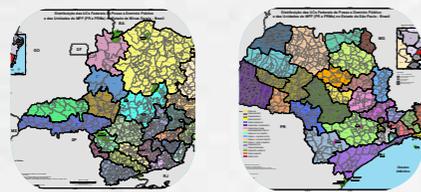
Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Gestora:  
Marilúcia Arruda de Assunção – servidora

## 2º Lugar – MBA especialista em gestão do MP

Com o intuito de formar um quadro de servidores com conhecimentos sobre as melhores práticas e técnicas de gestão pública, o Ministério Público de Pernambuco desenvolveu o projeto do curso “MBA – especialista em gestão do Ministério Público”.

A especialização foi estruturada com o objetivo de propiciar uma formação técnica que desenvolva capacidades para o exercício de liderança, do trabalho em equipe e do processo de comunicação. Também foram priorizadas competências gerenciais que favoreçam a tomada de decisões, bem como uma formação humana fundamentada na responsabilidade ética e nos valores que norteiam a missão constitucional da instituição.

Com a conclusão de duas turmas, em 2006 e em 2009, já foram formados 34 membros e 35 servidores. Diante do êxito da iniciativa, o Ministério Público do Estado de Pernambuco planeja o início do curso para uma terceira equipe ainda este ano.



Ministério Público Federal  
Gestores:  
Mario Jose Gisi – subprocurador-geral da República  
e Valdir Carlos da Silva Filho – servidor

### 3º Lugar – Atlas do MPF

O “Atlas do MPF” tem como objetivo apropriar-se da geografia institucional e disponibilizá-la a membros, servidores e cidadãos, dando publicidade e transparência à abrangência municipal das unidades do Ministério Público Federal por meio de mapas temáticos.

O projeto possibilita localizar e situar a instituição em relação a temas de interesse, comunicados em mapas e visualizadores como o Google Earth, além de realizar diagnósticos espaciais, facilitando o planejamento, a coordenação e o controle de recursos territorializados. Também contribui para a produtividade dos membros e servidores ao permitir consultas espaciais rápidas que envolvam os objetivos táticos e estratégicos do Ministério Público Federal. Viabiliza ainda uma melhor avaliação sobre a competência de atuação em relação a unidades de conservação, terras indígenas e outras áreas especiais de interesse da União.

O “Atlas do MPF” é um primeiro passo para a elaboração de um Sistema de Informação Geográfica para o Ministério Público Federal, que ampliará a possibilidade de diagnósticos e prognósticos espaciais.

CATEGORIA:  
**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Gestora:  
Ana Cristina Cusin Petrucci – promotora de Justiça

## 1º Lugar – Utilizando BI para promover o aumento da eficiência na atuação de 1º grau

Desde julho de 2012, o Ministério Público do Rio Grande do Sul utiliza o *software* QlikView como ferramenta de *Business Intelligence* (BI), o que confere mais transparência e eficiência à sua atuação.

Com o uso da solução, a instituição consegue visualizar informações de cada uma das promotorias de Justiça gaúchas, por comarca, promotoria ou promotor. O sistema reúne indicadores importantes da atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, como fluxo de entrada e saída, acervo, vazão e tempo de permanência dos procedimentos. Os dados permitem conhecer profundamente o fluxo de trabalho da instituição e corrigir eventuais gargalos, dando respostas mais rápidas à sociedade.

Os painéis permitem posicionar, de forma gráfica no mapa, a distribuição dos procedimentos sobre cada matéria entre os municípios gaúchos. A análise possibilita o cruzamento dessas informações com dados do IBGE, como o Índice de Desenvolvimento Humano de cada cidade. Como fiscal da lei, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul busca trabalhar na combinação de índices externos com informações sobre a sua atuação funcional, a fim de fomentar políticas públicas preventivas e corretivas.



Ministério Público Federal  
Gestor:  
Paulo André da Silva Matos – servidor

## 2º Lugar – Aptus – Aplicativo de pesquisa textual unificada e simplificada

As buscas textuais em documentos do Ministério Público Federal eram realizadas individualmente em cada um dos diferentes sistemas e bases de dados das unidades da instituição, consumindo tempo e gerando trabalho desnecessário. Não havia a possibilidade de pesquisas semânticas dentro das íntegras das manifestações e nos arquivos anexados.

Visando sanar essas dificuldades, a unidade do Ministério Público Federal em Pernambuco desenvolveu o portal Aptus (Aplicativo de pesquisa textual unificada e simplificada). A ferramenta foi elaborada com o uso de recursos próprios e *softwares* livres, e viabiliza, de forma simples, rápida e com baixo custo, a realização de pesquisa centralizada na produção do órgão em todo o País.

Atualmente, o sistema está bastante difundido entre os membros e servidores do Ministério Público Federal. São mais de 29 milhões de documentos indexados, com 3 milhões de íntegras de manifestações disponíveis. O acesso médio é 1,6 mil usuários que realizam 30 mil consultas por mês.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Gestora:  
Christiane de Amorim Cavassa Freire – promotora de Justiça

### 3º Lugar – Consumidor vencedor

Diante da ineficácia das decisões proferidas em ações para defesa de interesses individuais homogêneos, a iniciativa buscou criar um espaço onde os consumidores pudessem não apenas obter informações, como também noticiar ao Ministério Público eventuais descumprimentos de obrigações acordadas com as empresas.

O projeto “Consumidor vencedor” leva aos cidadãos informações sobre vitórias obtidas pela instituição na defesa coletiva dos consumidores. O site contém o resumo de todas as decisões judiciais, provisórias ou definitivas, tomadas em ações propostas pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, os Termos de Ajustamento de Conduta celebrados, além de notícias e orientações sobre o tema. As informações estão em linguagem simples e facilmente acessível, com instruções sobre como pleitear as reparações individuais e dados sobre os processos e procedimentos.

Com mais de 26 mil acessos, a iniciativa alcançou reconhecimento internacional ao ser incluída na *14<sup>th</sup> International Association of Consumer Law Conference*, realizada entre os dias 1º e 4 de julho de 2013, na University of Sydney, Austrália.

## MENÇÕES HONROSAS



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Gestor:  
Centro de Apoio Operacional das Promotorias  
de Justiça da Infância e Juventude

## Módulo Criança e Adolescente – MCA

A falta de informações consolidadas que permitam verificar se a família, a sociedade e o Estado estão garantindo às crianças e adolescentes acolhidos a proteção integral foi o que motivou a criação do “Módulo da Criança e do Adolescente (MCA)”. Por meio de um cadastro único, órgãos da rede de proteção podem trabalhar integrados, visando garantir o direito à convivência familiar e acompanhar a situação de cada criança ou adolescente acolhido.

O projeto também tem como objetivo a integração operacional entre as instituições, a elaboração de diagnósticos atuais, globais e locais, e o desenvolvimento de políticas públicas na área. O MCA facilita o diálogo entre os órgãos e entidades envolvidos na medida protetiva de acolhimento, tais como promotorias, juízos, conselhos tutelares e locais que recebem as crianças e adolescentes. No formulário de cada menino ou menina, há registros tanto de informações pessoais quanto relativas à atuação dessas instituições.

O “Módulo da Criança e do Adolescente” serviu como base para o desenvolvimento do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA), sistema gerido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Gestora:  
Andreza Duarte Cançado – promotora de Justiça

## Cartilha legal: informação e educação para presos

O projeto “Cartilha legal: informação e educação para presos” surgiu a partir da constatação da sede de conhecimento e da vontade de estudar dos detentos, verificada por meio da atuação do Ministério Público dentro do Sistema Prisional. O principal objetivo da iniciativa é esclarecer os internos sobre os direitos e deveres de cada agente envolvido na execução penal, além de apresentá-los o Ministério Público como uma instituição completa, que não se limita à atribuição de órgão acusador, mas que é um importante instrumento à disposição de todos para efetivação dos direitos fundamentais.

O projeto visa também à qualificação educacional dos detentos e das pessoas que trabalham dentro das unidades prisionais. O diferencial da iniciativa é que a transmissão do conteúdo da cartilha elaborada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro é feita pelos próprios professores que já atuavam na educação dos internos.

Os resultados começaram a surgir já no início, com a qualificação dos profissionais que atuam no sistema carcerário. Eles foram instruídos sobre a importância do Ministério Público brasileiro e os aspectos jurídicos envolvidos no trabalho da instituição. A medida vem facilitando consideravelmente o trabalho do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no cárcere. A Cartilha legal se apresenta, ainda, como importante instrumento na reintegração do interno à sociedade.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Gestores:  
Rogério Scantamburlo – procurador de Justiça  
e Pedro Borges Mourão – promotor de Justiça

## PLID – Programa de localização e identificação de desaparecidos

A aliança entre tecnologia, integração institucional e compartilhamento de informações é a marca do “Programa de localização e identificação de desaparecidos (PLID)”. O projeto consiste numa ação institucional que opera de forma articulada com outros órgãos no cruzamento de dados usados nos processos de localização de desaparecidos, identificação de óbitos e verificação de fenômenos correlatos.

Executando diligências em organizações diversas sem a necessidade de um prévio plano global de ação e disponibilizando um sistema gestor de bancos de dados a baixíssimo custo, o PLID é capaz de influenciar positivamente os resultados das investigações sobre desaparecimentos, mortes não identificadas e tráfico de pessoas. A iniciativa conta hoje com a adesão de 18 unidades do Ministério Público no Brasil e se consolida como instrumento de aproximação entre a instituição e a sociedade.



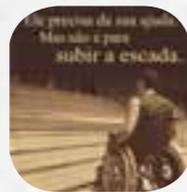
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Gestora:  
Maria Rosynete de Oliveira Lima – procuradora de Justiça

## MP eficaz – atendimento ao cidadão

É fundamental que o Ministério Público estreite os laços com a comunidade. O atendimento ao público externo deve ser aprimorado, atingindo padrões de excelência. Esse é o objetivo do projeto “MP eficaz – atendimento ao cidadão”, desenvolvido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A iniciativa proporciona ao cidadão celeridade e objetividade no encaminhamento das demandas apresentadas e nas informações prestadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, além de um recebimento cordial. O projeto visa à criação de uma estrutura de excelência, promovendo e definindo metodologias, ferramentas, capacitação e ambientação que permitam respostas rápidas à sociedade ou encaminhamento correto dos pedidos aos órgãos competentes.

Entre os resultados já alcançados, estão a edição da cartilha “MP eficaz – atendimento ao cidadão”, a realização de cursos de atendimento ao público e de Libras para servidores e terceirizados, além do desenvolvimento do Sistema de Atendimento ao Cidadão.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Gestor:  
Paulo Roberto Jorge do Prado – procurador de Justiça

## Campanha de sensibilização dos direitos da pessoa com deficiência

No Brasil existem aproximadamente 25 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, física ou mental, segundo dados do IBGE. Em Mato Grosso, são 340 mil, no total. Muitas vezes esses cidadãos exercem a cidadania de forma limitada, já que os seus direitos de acesso são prejudicados por edificações e vias públicas inadequadas.

A “Campanha de sensibilização dos direitos da pessoa com deficiência” visou conscientizar o cidadão de que qualquer pessoa com algum tipo de limitação ou dificuldade de locomoção pode e deve ter autonomia para realizar as mesmas atividades que as outras.

Em vários municípios do estado, a iniciativa produziu resultados imediatos, como a implantação de placas de sinalização para idosos e deficientes físicos. Foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta visando à adaptação de locais públicos às necessidades das pessoas com dificuldades de locomoção.

A campanha percorreu todo o Mato Grosso, mobilizando a sociedade com palestras, panfletagens e audiências públicas, entre outras ações.



Ministério Público do Estado de Rondônia  
Gestor:  
José Carlos de Souza Colares – servidor

## Projeto CrerSer

O Projeto CrerSer faz parte do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado de Rondônia. Tem como objetivo proporcionar aos servidores crescimento profissional por meio do custeio parcial de cursos de tecnólogo, graduação, e pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado. A iniciativa também inclui ações de educação continuada, como incentivos à realização de treinamentos.

Para o Ministério Público do Estado de Rondônia, investir na formação do corpo técnico significa pensar a instituição de forma conjunta e estratégica. A importância que o órgão dá à qualificação é a justificativa para realização do Projeto CrerSer.

Como resultado, os servidores têm a oportunidade aprofundar conhecimentos em áreas de trabalho prioritárias, em sintonia com a missão institucional. Atualmente participam do Projeto 82 colaboradores, sendo 26 em cursos de tecnólogo, 28 em bacharelado, 24 em especialização e quatro no doutorado.



Ministério Público do Trabalho  
Gestor:  
Wendell Luís Táboas – servidor

## PCD legal

Criado pelo Ministério Público do Trabalho, o “PCD legal” é uma biblioteca virtual com conteúdo acessível a todos, gratuitamente. Desenvolvido num ambiente bilíngue, incluindo o português e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e disponível em diversos modos de exibição, como textos, áudios e vídeos, o sistema permite que qualquer pessoa consulte as informações, independentemente de restrições físicas ou de aprendizado.

O objetivo é oferecer conhecimento sobre temas importantes para o desenvolvimento da cidadania. A primeira publicação editada foi a cartilha “O Ministério Público do Trabalho e os Direitos dos Trabalhadores”, que aborda os principais direitos trabalhistas. São mais de 170 itens divididos em 38 tópicos, escritos em linguagem simples e objetiva.

O projeto visa, ainda, permitir a mobilidade do usuário no acesso à informação. As consultas podem ser feitas por computador, *tablet* ou *smartphone* e os arquivos baixados para uso sem conexão à internet. Em apenas três meses, o “PCD legal” foi visitado por aproximadamente 10 mil pessoas e compartilhado por mais de 450 sites.



Ministério Público Federal  
Gestor:  
Antonio Fonseca – subprocurador-geral da República

## Acompanhar as políticas públicas com foco na atuação preventiva por agenda setorial

A 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal buscou identificar as políticas públicas relacionadas ao tema “Consumidor e Ordem Econômica” prioritárias à atuação da instituição. Seis eixos principais foram relacionados: Telecomunicações; Energia Elétrica, Petróleo e Derivados; Transportes; Mercado de Capitais, Defesa da Concorrência e Propriedade Intelectual; Sistema Financeiro Nacional e Defesa do Consumidor; e Planos de Saúde.

Com o objetivo de atuar de forma estratégica, foram elaboradas agendas setoriais, ou seja, documentos que sintetizam a proposta de trabalho, incluindo descrição do cenário, metodologia dos projetos e tópicos para ações de acompanhamento e monitoramento. A ideia é apoiar os procuradores da República que atuam em cada uma das áreas e os grupos de trabalho, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas e o fortalecimento da autoridade regulatória.

A iniciativa resulta em transparência, geração de informação estruturada sobre setores específicos e rapidez na disponibilização de dados, entre outros benefícios. Também são identificadas oportunidades de atuação preventiva e repressiva pelos membros da instituição.



Escola Superior do Ministério Público da União  
Gestor:  
Nicolao Dino de Castro e Costa Neto –  
procurador regional da República

### Fiscalize também

Lançada em maio de 2013, a campanha “Fiscalize também” incentiva o cidadão a fiscalizar a aplicação de recursos públicos e a denunciar aos órgãos competentes qualquer irregularidade observada. Por meio de 16 tutoriais em vídeo disponíveis na internet, a Escola Superior do Ministério Público da União apresenta sistemas informatizados de órgãos do governo e ensina o usuário a pesquisar relatórios de gestão nas áreas de educação e saúde, informações sobre compras e convênios, dados sobre candidatos e gastos de campanhas eleitorais, entre outros.

Com o objetivo de facilitar o trabalho dos procuradores, a campanha inclui 12 tutoriais exclusivos, com instruções de acesso aos sistemas da Assessoria de Pesquisa e Análise do Ministério Público Federal e ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. O site oferece ainda *links* para as páginas de denúncia do Ministério Público da União.

No primeiro mês após o lançamento, os vídeos tiveram mais de mil acessos no YouTube. Já o site “Fiscalize também” registrou cerca de 2 mil acessos. No Facebook, as notícias sobre a campanha têm dez vezes mais visualizações que as referências aos cursos realizados pela ESMPU.

O projeto segue até o fim de 2013, com a expectativa de que a sociedade se interesse cada vez mais em exercer o controle social, denunciar a gestão ineficiente e auxiliar o Ministério Público e outras instituições no combate à corrupção.



Ministério Público do Estado de Sergipe  
Gestora:  
Berenice Andrade de Melo – promotora de Justiça

### Salve idoso – sistema de aviso legal por violência, maus-tratos ou exploração contra a pessoa idosa

O Estatuto do Idoso prevê que os casos de suspeita de violência contra pessoas com mais de 65 anos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados e comunicados à autoridade policial, ao Ministério Público, aos Conselhos Municipais e Estaduais do Idoso ou ao Conselho Nacional do Idoso. Visando o cumprimento desse dispositivo legal, foi criado o programa “Salve idoso”, com o objetivo de formar uma rede de proteção no município de Aracaju/SE.

Por meio da iniciativa, foi elaborado um banco de dados para subsidiar ações de combate às formas de violência praticadas contra esse grupo vulnerável, além da promoção de políticas públicas adequadas a essa finalidade. Trata-se de um processo de comunicação e monitoramento contínuos, direcionados tanto à apuração de responsabilidades quanto à proteção das vítimas.

De acordo com dados da rede de proteção, em 2012, 97 notificações compulsórias foram encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde à Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis. Já entre os meses de janeiro e junho de 2013, foram registradas 87 comunicações.



Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Gestores:  
Alceu José Torres Marques – procurador de Justiça  
e Carlos Eduardo Ferreira Pinto – promotor de Justiça

## Nucam – Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais

O “Nucam – Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais” tem como objetivos principais o desenvolvimento sustentável e a efetivação do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A iniciativa visa compatibilizar atividades econômicas potencialmente nocivas com a proteção do meio ambiente, a partir do emprego de técnicas extrajudiciais de resolução de conflitos.

A criação do projeto justifica-se pela necessidade de aprimorar a atuação preventiva na resolução de conflitos ambientais complexos e de promover a segurança jurídica das relações institucionais e socioambientais, reduzindo a judicialização de questões envolvendo o licenciamento de empreendimentos. O Núcleo conta com equipe técnica multidisciplinar, que realiza a análise dos estudos de impacto ambiental e propõe medidas restritivas, reparatórias, mitigadoras e compensatórias.

São resultados efetivos da atuação do Nucam a destinação de recursos econômicos para a melhoria das regiões atingidas pelas atividades ou empreendimentos analisados e o desenvolvimento do conhecimento científico voltado para a conservação, além da garantia de recuperação das áreas impactadas, com reflexos positivos em âmbito local, regional e estadual.

## Presidente do CNMP

Roberto Monteiro Gurgel Santos

## Conselheiros

Jeferson Luiz Pereira Coelho (Corregedor Nacional)

Maria Ester Henriques Tavares

Taís Schilling Ferraz

Adilson Gurgel de Castro

Almino Afonso Fernandes

Mario Luiz Bonsaglia

Claudia Maria de Freitas Chagas

Luiz Moreira Gomes Júnior

Jarbas Soares Júnior

Alessandro Tramuja Assad

Tito Souza do Amaral

José Lázaro Alfredo Guimarães

Fabiano Augusto Martins Silveira

## Secretário-Geral do CNMP

José Adércio Leite Sampaio

## Secretária-Geral Adjunta do CNMP

Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre

## **Conselho Gestor do Prêmio CNMP**

Cláudia Maria De Freitas Chagas  
Conselheira do CNMP

Fabiano Augusto Martins Silveira  
Conselheiro do CNMP

Jarbas Soares Júnior  
Conselheiro do CNMP

Luis Moreira Gomes Junior  
Conselheiro do CNMP

Mario Luiz Bonsaglia  
Conselheiro do CNMP

Tais Schilling Ferraz  
Conselheira do CNMP

Tito Amaral  
Conselheiro do CNMP

## **Comissão julgadora**

Roberto Monteiro Gurgel Santos (Presidente do CNMP)

Jeferson Luiz Pereira Coelho (CNMP)

Maria Ester Henriques Tavares (CNMP)

Taís Schilling Ferraz (CNMP)

Adilson Gurgel de Castro (CNMP)

Almino Afonso Fernandes (CNMP)

Mario Luiz Bonsaglia (CNMP)

Claudia Maria de Freitas Chagas (CNMP)

Luiz Moreira Gomes Júnior (CNMP)

Jarbas Soares Júnior (CNMP)

Alessandro Tramujas Assad (CNMP)

Tito Souza do Amaral (CNMP)

José Lázaro Alfredo Guimarães (CNMP)

Fabiano Augusto Martins Silveira (CNMP)

Cícero Borges Bordalo Júnior (Ordem dos Advogados do Brasil)

Flávio Croce Caetano/ Kelly Oliveira de Araújo (Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça)

Gilberto Valente Martins (Conselho Nacional de Justiça)

Giovanni Rattacaso (Associação Nacional do Ministério Público Militar)

Iara Beltrão Gomes de Souza (Câmara dos Deputados)

José Robalinho Cavalcanti (Associação Nacional dos Procuradores da República)

José Cláudio Monteiro de Brito Filho/ Daniela de Moraes do Monte Varandas  
(Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho)  
José Eduardo Sabo Paes (Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)  
Kazuo Watanabe (Comunidade Acadêmica)  
Norma Angélica Cavalcanti (Associação Nacional do Membros do Ministério Público)  
Samia Saad Gallotti Bonavides (Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos)  
Sheila Jorge Selim de Sales (Comunidade Acadêmica)  
Tarcísio Holanda (Associação Brasileira de Imprensa)

### **Secretaria Executiva do Prêmio CNMP**

Martha S. Beltrame – Membro auxiliar do CNMP  
Michel Betenjane Romano – Membro auxiliar do CNMP  
Sheila Cavalcante Pitombeira – Membro colaborador do CNMP  
Fabiana de Farias Marinho – Comissão de Planejamento Estratégico (CPE)  
Pedro Arnaldo Ribeiro – Comissão de Planejamento Estratégico (CPE)  
Rogério Carneiro Paes – Comissão de Planejamento Estratégico (CPE)  
Taciana Maria Sábato de Castro – Comissão de Planejamento Estratégico (CPE)

### **Coordenação-Geral**

Claudia Maria de Freitas Chagas  
Conselheira do CNMP  
Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE)

Martha S. Beltrame  
Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Membro auxiliar do CNMP

Michel Betenjane Romano  
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Membro auxiliar do CNMP

### **Colaboração**

Alessandra Nardoni Watanabe – Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (Ascom)  
Bruna Viana Silveira Paes Valadão – Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (Ascom)  
Cláudia Regina Fonseca Lemos – Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (Ascom)  
Lígia Maria de Souza Lopes Reis – Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (Ascom)  
Tatiana Jebrine – Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (Ascom)



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

Saiba mais: [www.cnmp.mp.br/premio](http://www.cnmp.mp.br/premio)